

MATRIZ DA DISCIPLINA

1ª PARTE DA MATRIZ – PARA PROPOSTA DA DISCIPLINA

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO	Programas	DISCIPLINA	PRÁTICAS INTERNACIONAIS INCLUSIVAS E REALIDADES ESCOLARES
	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) em parceria com o Programa de Mestrado em Supervisão Pedagógica da Universidade Aberta de Portugal		
PROPOSITORES	Nome: Daniela Melaré Vieira Barros e-mail: dmelare@gmail.com Nome: Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e-mail: elisa.tomoe@unesp.br Nome: Filipa Seabra e-mail: filipa.Seabra@uab.pt Nome: Isabel Maria de Barros Dias e-mail: isabel.dias@uab.pt Nome: Klaus Schlünzen Junior e-mail: klaus.junior@unesp.br	CARGA HORÁRIA	60 horas sendo 30 horas teóricas (online) e 30 horas práticas (presenciais em escolas).
		NÚMERO DE VAGAS Apenas para T6	25 alunos brasileiros (1 de cada IEs e as 2 vagas restantes, vão para as IEs com maior número de mestrandos) Destes 6 mestrandos farão o intercâmbio para Portugal Até 15 aluno de países de língua Portuguesa

Professores que vão ministrar a disciplina	BRASIL: Nome: Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e-mail: elisa.tomoe@unesp.br Nome: Klaus Schlünzen Junior e-mail: klaus.junior@unesp.br PORTUGAL: Nome: Ana Mouraz E-mail: ana.lopes@uab.pt Nome: Ana Patrícia Almeida E-mail: anap.almeida@uab.pt Nome: Cláudia Neves E-mail: claudia.neves@uab.pt Nome: Daniela Melaré Vieira Barros e-mail: dmelare@gmail.com Nome: Isabel Maria de Barros Dias e-mail: isabel.dias@uab.pt Nome: Filipa Seabra e-mail: filipa.Seabra@uab.pt Nome: Marta Abelha E-mail: marta.abelha@uab.pt	ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES: GRUPOS/TURMAS	André, a partir da Unidade 3 os mestrandos trabalharão em 6 grupos (separados) Os professores, entretanto, trabalharão todos juntos, em todos os grupos.
---	---	--	--

PERÍODO SEMESTRE	Período: 12/10/2026 a 19/02/2027 Unidade 1: 12/10/2026 a 08/11/2026 Unidade 2: 09/11/2026 a 06/12/2026 Unidade 3: 07/12/2026 a 17/01/2027* Unidade 4: 04/01/2027 a 19/02/2027 * Recesso de Natal e ano novo de 20/12/2025 a 04/01/2026	CRÉDITOS	4 créditos Cada crédito equivale a 60 horas
EMENTA	Esta disciplina oferece aos estudantes uma visão abrangente das práticas inclusivas em contextos internacionais, com ênfase nas realidades escolares de países de língua portuguesa. Através de uma abordagem inovadora que combina teoria e prática, os alunos terão a oportunidade de analisar e comparar políticas educacionais inclusivas, compreender abordagens pedagógicas diversas e desenvolver habilidades críticas para a implementação eficaz de práticas inclusivas.		
OBJETIVO GERAL	Esta disciplina tem como objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão profunda das práticas inclusivas em diferentes contextos internacionais, com um foco especial nas realidades escolares de países de língua portuguesa. Por meio de um formato inovador, que combina estudos teóricos e experiências práticas em escolas, os estudantes terão a oportunidade de observar, participar e analisar práticas pedagógicas inclusivas em ambientes educacionais diversos.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Analisar e comparar políticas educacionais inclusivas em diferentes países de língua portuguesa. • Compreender as variadas abordagens pedagógicas aplicadas em contextos inclusivos internacionais. • Desenvolver habilidades críticas e reflexivas sobre a implementação de práticas inclusivas eficazes. • Fomentar a troca de experiências e o desenvolvimento profissional através da interação direta com educadores e alunos em escolas internacionais.		

	•
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO UNIDADES DE ENSINO	UNIDADE I: Introdução às Políticas Educacionais Inclusivas (de 12/10/2026 a 08/11/2026) 1.1. Definição de educação inclusiva. 1.2. Histórico e evolução das políticas inclusivas. 1.3. Análise das políticas educacionais inclusivas em países de língua portuguesa (Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, entre outros). UNIDADE II: Abordagens Pedagógicas Inclusivas no Contexto Internacional (de 09/11/2026 a 06/12/2026) 2.1 Abordagens pedagógicas inclusivas: visão geral. 2.2 Estudos de caso em diferentes contextos: escolas em países de língua portuguesa. 2.3 Tecnologias assistivas e sua aplicação em sala de aula UNIDADE III: Desenvolvimento de Competências Críticas e Reflexivas (de 07/12/2026 a 17/01/2027*) 3.1 Métodos de avaliação de políticas e práticas inclusivas 3.2 Reflexão crítica sobre estudos de caso. 3.3 Debates sobre propostas de melhoria. UNIDADE IV: Intercâmbio de Experiências e Desenvolvimento Profissional (de 04/01/2027 a 19/02/2027) 3.1 Seminários com educadores de diferentes países de língua portuguesa. 3.2 Visitas virtuais (presenciais) a escolas internacionais. 3.3 Projeto colaborativo com escolas parceiras.

	3.4 Desenvolvimento de um plano de ação para implementação de práticas inclusivas. (*) Recesso de Natal e Ano Novo de 19/12/2026 a 03/01/2027
METODOLOGIA	Para o desenvolvimento da disciplina serão utilizadas as seguintes estratégias didático-metodológicas: A disciplina será conduzida em um formato híbrido, incluindo: • Seminários <i>online</i> com especialistas em educação inclusiva de diversos países de língua portuguesa. • Leituras dirigidas e discussões em fóruns <i>online</i> sobre estudos de caso relevantes. • Instâncias presenciais de curta duração (30 dias) em escolas de Portugal ou de outros países de língua portuguesa, onde os estudantes poderão observar e participar das práticas pedagógicas. • Elaboração de relatórios analíticos e reflexivos baseados nas experiências práticas.
SISTEMA DE AVALIAÇÃO	A avaliação será composta por: • Participação ativa nos seminários e fóruns online (30%). • Relatórios de observação das visitas às escolas (40%). • Um trabalho final, que consistirá em um plano de ação para implementação de práticas inclusivas observadas em seu próprio contexto educacional (30%).

OBSERVAÇÕES:

PÚBLICO	Estudantes de mestrado do PROFEI e do Programa de Mestrado em Supervisão Pedagógica da Universidade Aberta de Portugal, interessados em aprofundar seus conhecimentos e habilidades em educação inclusiva com uma perspectiva internacional. Esta disciplina é uma oportunidade única
----------------	---

	para os estudantes expandirem suas visões sobre educação inclusiva e aplicarem conhecimentos práticos em seus contextos profissionais, contribuindo para a formação de educadores capazes de atuar efetivamente em ambientes educacionais inclusivos e multiculturais.
REQUISITOS	Para a realização das instâncias presenciais, os estudantes deverão possuir passaporte válido e, se necessário, obter o visto apropriado para a viagem. Os recursos financeiros para esta atividade serão disponibilizados pela CAPES, de acordo com a disponibilidade financeira.

Referências para plano de ensino	ACTAS DO 1º CONGRESSO CABO-VERDIANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Praia: Universidade de Cabo Verde; Braga: Universidade do Minho, 2014. ISBN 978-989-8707-09-3. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35558/1/CEICV_ATAS_FINAL.pdf. Acesso em: 16 set. 2026. BARROS, Daniela Melaré Vieira; DIAS, Isabel de Barros; SEARA, Isabel. Projeto acessibilidades: a educação a distância inclusiva no ensino superior. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 16, n. 1, p. 7-19, 2013. ISSN 2237-8707. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/2884. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23755/pdf_1. Acesso em: 16 set. 2026. BARROS, Daniela Melaré Vieira (org.). Estilos pedagógicos de internacionalização no digital: da alfabetização ao ensino superior. Lisboa: Universidade Aberta; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023. 266 p. (eUAb. Educação a Distância e eLearning, 19). ISBN 978-972-674-956-1; ISBN 978-989-26-2528-7. DOI: https://doi.org/10.34627/uab.ead.19. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/15168. Acesso em: 16 set. 2026.
---	--

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Politica-nacional-de-educacao-especial-na-pespectiva-da-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 16 set. 2026.

CHAMBAL, Luís Alfredo; RAFANTE, Heulalia Charalo; SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. A educação especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais. *Crítica Educativa*, v. 1, n. 2, p. 7-23, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i2.52>. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/52>. Acesso em: 16 set. 2026.

EUROPEAN ASSOCIATION OF DISTANCE TEACHING UNIVERSITIES (EADTU). Diversity and inclusion. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://diversity-inclusion.eadtu.eu/>. Acesso em: 16 set. 2026.

EUROPEAN ASSOCIATION OF DISTANCE TEACHING UNIVERSITIES (EADTU). Diversity and inclusion in digital education: for European universities. [S. l.]: EADTU, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6546238>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/6546238>. Acesso em: 16 set. 2026.

EUROPEAN UNION. Council Recommendation of 5 April 2022 on building bridges for effective European higher education cooperation (Text with EEA relevance). *Official Journal of the European Union*, C 160, p. 1-8, 13 Apr. 2022. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0413\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0413(01)). Acesso em: 16 set. 2026.

LIMA, Carmem S. S.; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BRACKEN, Seán; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. Lesson Study and the Constructionist, Contextualized, and Meaningful approach to facilitate Universal Design for Learning implementations. *SocArXiv*, 2024. Preprint. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/423nj>. Disponível em: <https://osf.io/423nj/>. Acesso em: 16 set. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Lisboa: Ministério Público, 1975. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2026.

MOGARRO, Maria João; TINOCA, Luís; CAETANO, Ana Paula; PIEDADE, João (org.). Educação inclusiva: políticas, estratégias e práticas perante os desafios da diversidade. Revista Lusófona de Educação, v. 66, n. 66, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle66>. Acesso em: 16 set. 2026.

MOREIRA, Luís Filipe Torres. Um olhar sobre a educação inclusiva em Portugal. Internet Latent Corpus Journal, v. 12, n. 2, p. 140-157, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34624/ilcj.v12i2.30876>. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/38015>. Acesso em: 16 set. 2026.

NEVES, Cláudia; ALMEIDA, Ana Patrícia; FERREIRA, Marco. Headteachers and inclusion: setting the tone for an inclusive school. Education Sciences, v. 13, n. 2, art. 129, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/educsci13020129>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/13/2/129>. Acesso em: 16 set. 2026.

OECD. Review of inclusive education in Portugal. Paris: OECD Publishing, 2022. 268 p. (Reviews of National Policies for Education). DOI: <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/review-of-inclusive-education-in-portugal_a9c95902-en.html. Acesso em: 16 set. 2026.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Diário da República, 1.ª série, n. 129, 6 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>. Acesso em: 16 set. 2026.

SEABRA, Filipa. Equidade e inclusão: sentidos e aproximações. In: PACHECO, José Augusto; MENDES, Geovana Lunardi; SEABRA, Filipa; VIANA, Isabel Carvalho (org.). Currículo, inclusão e educação escolar. Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2017. p. 763-781. ISBN 978-989-8525-56-7. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/7223>. Acesso em: 16 set. 2026.

UNIDADE 1:

**REFERÊNCIAS
OBRIGATÓRIAS,
POR UNIDADES:**

ABNT, com links
de acesso na
Internet:

MATERIAL OBRIGATÓRIO:

ACTAS DO 1º CONGRESSO CABO-VERDIANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Praia: Universidade de Cabo Verde; Braga: Universidade do Minho, 2014. ISBN 978-989-8707-09-3. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35558/1/CEICV_ATAS_FINAL.pdf. Acesso em: 16 set. 2026.

OECD. Review of inclusive education in Portugal. Paris: OECD Publishing, 2022. 268 p. (Reviews of National Policies for Education). DOI: <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/review-of-inclusive-education-in-portugal_a9c95902-en.html. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=381-politica-nacional-seesp&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

CHAMBAL, Luís Alfredo; RAFANTE, Heulalia Charalo; SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. A educação especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais. Crítica Educativa, v. 1, n. 2, p. 7-23, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i2.52>. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/52>. Acesso em: 16 set. 2026.

MOGARRO, Maria João; TINOCA, Luís; CAETANO, Ana Paula; PIEDADE, João (org.). Educação inclusiva: políticas, estratégias e práticas perante os desafios da diversidade. Revista Lusófona de Educação, v. 66, n. 66, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle66>. Acesso em: 16 set. 2026.

NEVES, Cláudia; ALMEIDA, Ana Patrícia; FERREIRA, Marco. Headteachers and inclusion: setting the tone for an inclusive school. *Education Sciences*, v. 13, n. 2, art. 129, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/educsci13020129>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/13/2/129>. Acesso em: 16 set. 2026.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. *Diário da República*, 1.ª série, n. 129, 6 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>. Acesso em: 16 set. 2026.

SEABRA, Filipa. Equidade e inclusão: sentidos e aproximações. In: PACHECO, José Augusto; MENDES, Geovana Lunardi; SEABRA, Filipa; VIANA, Isabel Carvalho (org.). *Currículo, inclusão e educação escolar*. Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2017. p. 763-781. ISBN 978-989-8525-56-7. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/7223>. Acesso em: 16 set. 2026.

UNIDADE 2:

MATERIAL OBRIGATÓRIO:

BARROS, Daniela Melaré Vieira; DIAS, Isabel de Barros; SEARA, Isabel. Projeto acessibilidades: a educação a distância inclusiva no ensino superior. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 16, n. 1, p. 7-19, 2013. ISSN 2237-8707. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2884>. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23755/pdf_1. Acesso em: 16 set. 2026.

EUROPEAN ASSOCIATION OF DISTANCE TEACHING UNIVERSITIES (EADTU). *Diversity and inclusion*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://diversity-inclusion.eadtu.eu/>. Acesso em: 16 set. 2026.

LIMA, Carmem S. S.; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BRACKEN, Seán; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. Lesson Study and the Constructionist, Contextualized, and Meaningful approach to facilitate Universal Design for Learning implementations. *SocArXiv*, 2024. Preprint. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/423nj>. Disponível em: <https://osf.io/423nj/>. Acesso em: 16 set. 2026.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

BARROS, Daniela Melaré Vieira (org.). *Estilos pedagógicos de internacionalização no digital: da alfabetização ao ensino superior*. Lisboa: Universidade Aberta; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023. 266 p. (eUAb. Educação a Distância e eLearning, 19). ISBN 978-972-674-956-1; ISBN 978-989-26-2528-7. DOI: <https://doi.org/10.34627/uab.ead.19>. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/f6b19efc-657a-4bb0-9e91-41faf32521dfhttp://hdl.handle.net/10400.2/15168>. Acesso em: 16 set. 2026.

UNIDADE 3:

MATERIAL OBRIGATÓRIO:

EUROPEAN UNION. Council Recommendation of 5 April 2022 on building bridges for effective European higher education cooperation (Text with EEA relevance). Official Journal of the European Union, C 160, p. 1-8, 13 Apr. 2022. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0413\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0413(01)). Acesso em: 16 set. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Lisboa: Ministério Público, 1975. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2026.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

MOREIRA, Luís Filipe Torres. Olhar sobre a educação inclusiva em Portugal. Internet Latent Corpus Journal, v. 12, n. 2, p. 140-157, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34624/ilcj.v12i2.30876>. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/38015>. Acesso em: 16 set. 2026.

UNIDADE 4:

MATERIAL OBRIGATÓRIO:

EUROPEAN ASSOCIATION OF DISTANCE TEACHING UNIVERSITIES (EADTU). Diversity and inclusion in digital education: for European universities. [S. l.]: EADTU, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6546238>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/6546238>. Acesso em: 16 set. 2026.

MATERIAL COMPLEMENTAR: